



ÁFRICA AUSTRAL: INTERESSES ESTRATÉGICOS

Oswaldo Terra de Faria

O Brasil patrocinou e viu aprovada, recentemente, pela Assembléia das Nações Unidas, proposta para que o Atlântico Sul seja considerado área desmilitarizada. Esse fato não torna sem sentido as considerações apresentadas pelo autor, em exposição no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), publicadas no Caderno nº 4, de novembro de 1983 dessa entidade, e aqui transcritas. A partir da introdução, o leitor identificará por quê.

O tema envolve uma massa continental crítica – a África Austral, debruçada sobre dois oceanos igualmente críticos, o Índico e o Atlântico Sul. Terras e águas sob constantes análises de diferentes centros de poder, Brasil no meio, preocupados com delineamentos estratégicos que atendam a seus interesses nacionais nessa área, a qual apresenta características políticas e geopolíticas muito especiais. Diante desse quadro, torna-se evidente que as estratégias de projeção de poder na área já são (e o serão mais ainda no futuro) necessariamente conflitantes, porque conflitantes são os objetivos do elenco de atores em cena, disputando, no mesmo cenário, um lugar ao sol.

Para compreendermos a problemática da África Austral (o meu enfoque pretende ser preponderantemente estratégico), julgo que, inicialmente, devemos identificá-la na moldura ampla da própria ordem internacional, para depois dissecá-la em seus componentes mais significativos. Se assim julgo (porque a ordem internacional, por princípio, deveria pressupor a dinâmica de transformação em ordem), ao mesmo tempo sou obrigado a reconhecer que há sinais evidentes de disfunção no sistema internacional. Paradoxalmente, a ordem adquire foros de desordem, tanto em termos políticos quanto econômicos e sociais, com seus inevitáveis desdobramentos militares.

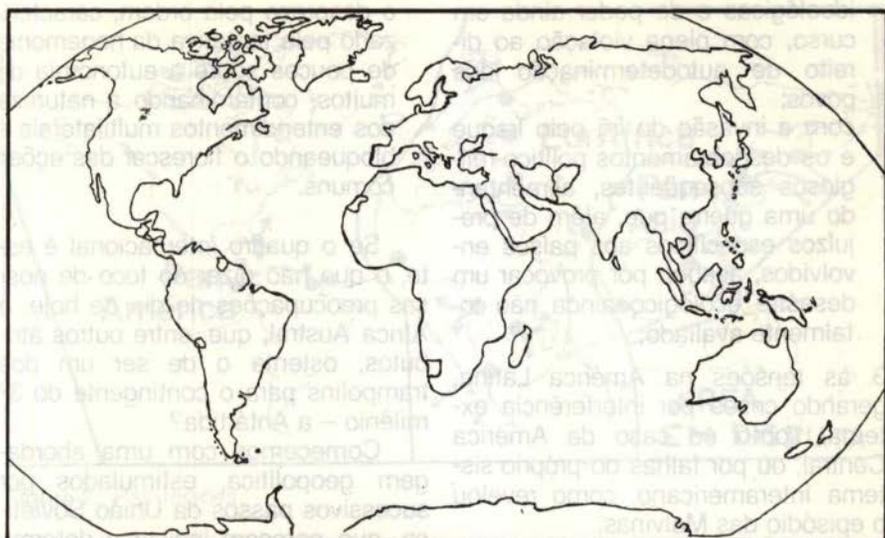


Figura 1. Áreas de tensão.

O sistema internacional se apóia em cerca de 150 Estados soberanos, cuja convivência resulta de um delicado e aleatório processo em que se equilibram nações isoladas, blocos de nações e organismos de projeção mundial. Equilíbrio instável, facilmente perceptível através de erupções em todos os continentes. Se não vejamos:

1. o impasse nas negociações sobre desarmamento continua a gerar estratégias de rearmamento, respaldadas na já monótona justificativa de restabelecimento do equilíbrio rompido, equilíbrio que só será atingido quando, honestamente, as superpotências se propuserem a tal, o que está longe ainda de uma realidade palpável;

2. as tensões na Ásia persistem e se agravam:

- com a invasão do Afeganistão, até hoje não absorvida pela comunidade internacional, onde a presença soviética pretende abafar, pela violência, qualquer solução que atenda às legítimas aspirações do povo daquele país;
- com a invasão do Líbano, também não absorvida pela comunidade internacional, onde o emprego da força, previsto para curto período, acabou criando novas realidades, sem resolver o problema crucial dos palestinos e sem baixar as tensões na área;
- com a invasão do Camboja e as escaramuças na fronteira tailandesa, transformando o Sudeste Asiático na única área do mundo em que mais de quatro décadas de lutas ainda não conseguiram dar término à Segunda Guerra Mundial, por força de disputas

ideológicas e de poder ainda em curso, com plena violação ao direito de autodeterminação dos povos;

— com a invasão do Irã pelo Iraque e os desdobramentos político-religiosos subsequentes, alimentando uma guerra que, além de prejuízos específicos aos países envolvidos, acabou por provocar um desastre ecológico ainda não totalmente avaliado;

3. as tensões na América Latina, gerando crises por interferência externa, como no caso da América Central, ou por falhas do próprio sistema interamericano, como revelou o episódio das Malvinas;

4. as tensões na África, sobre as quais voltaremos a falar mais tarde, sobretudo as relacionadas com os países da região austral;

5. as tensões no seio da OTAN, de ordem política, econômica e militar, exibindo crises no plano intrabloco, com sérios prejuízos para o conjunto;

6. as tensões, finalmente, provocadas pela desordem econômica internacional, pondo em perigo os poucos esforços comuns de recuperação da economia mundial.

A precariedade da ordem internacional, cuja síntese acima esboçamos, leva-nos a conjecturar sobre suas verdadeiras causas. Ousamos alinhar duas:

— a incapacidade de ação comum que os Estados ou blocos de Estados têm demonstrado;

— o desprezo pela ordem, caracterizado pela tentativa da hegemonia de poucos sobre a autonomia de muitos, contaminando a natureza dos entendimentos multilaterais e bloqueando o florescer das ações comuns.

Se o quadro internacional é este, o que não dizer do foco de nossas preocupações no dia de hoje, a África Austral, que, entre outros atributos, ostenta o de ser um dos trampolins para o contingente do 3º milênio — a Antártida?

Comecemos com uma abordagem geopolítica, estimulados por sucessivos passos da União Soviética, que parecem indicar a determinação de ressuscitar antigas teorias geopolíticas, combinando-as num gigantesco plano para conquistar o mundo. É o que teorizam analistas americanos.

São por demais conhecidas, para serem aqui dissecadas, as teorias geopolíticas de poder terrestre, naval e aeroespacial.

Uma corrente de geopolítica, entretanto, advoga que nenhum Estado, isoladamente, embora otimizando toda a sua estrutura de poder, tem condições de controle global. Esta corrente divide o mundo em três grandes áreas de influência ou pan-regiões dominadas, respectivamente, pelos Estados Unidos, pela União Soviética e pela China e/ou Japão.

Os adversários desse tipo de abordagem estratégica duvidam de que as pregações geopolíticas ainda afetem as ações ou o pensamento das nações. Citam, como exemplo, o fato de que as agressões cometidas

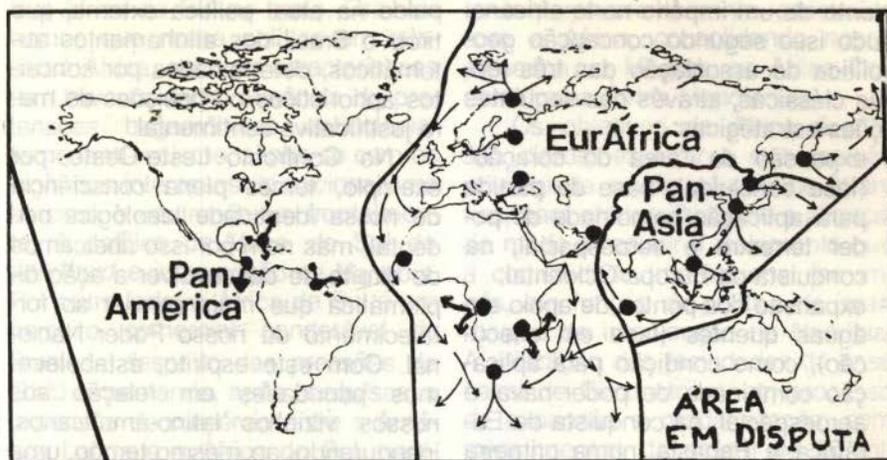


Figura 2. Pan-regiões.

pela Alemanha e pelo Japão na Segunda Guerra Mundial se constituíram em tais fracassos para ambos, na tentativa de atingir seus objetivos geopolíticos de domínio sobre a Eurásia e a Panásia, que desestimularam qualquer estratégia baseada nos mesmos conceitos.

A verdade é que, nas últimas fases da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética anexou uma série de Estados contíguos na Europa, ao mesmo tempo em que ocupava a Manchúria e o norte da península coreana. Logo após o término da guerra, quando tentou anexar a Grécia, a Turquia e o Irã, foi contida pelos norte-americanos, passando então a desenvolver estratégias oblíquas de expansão, sem envolvimento direto nos conflitos. Em outras palavras, a expansão soviética começou na última etapa da Guerra, continuou após o término da mesma, e ainda está em curso, elegendo como seus os mesmos objetivos

com que sonharam alemães e japoneses, transformando-se assim nos geopolíticos do século XX.

Especialistas norte-americanos admitem que um exame dos últimos desdobramentos internacionais parece indicar ambiciosa estratégia soviética para, na década de 90, capitalizando sobre as ambições geopolíticas do Vietnã, da Coreia do Norte, da Líbia e de Cuba, explorando ainda as fraquezas e limitações do Mundo Livre e do Terceiro Mundo, dominar, numa primeira etapa, a Eurásia e a Panásia, anulando o plano chinês, e, num segundo movimento, a Panamérica.

No caso do Vietnã, a recompensa seria o domínio sobre a Grande Indochina, incluindo a Tailândia, a Malásia e a Indonésia. Para Cuba, a influência definitiva sobre o Caribe e a América Latina. Para a Coreia do Norte, a realização do grande sonho de unificação sob controle de Piongiang. Para a Líbia, o estabeleci-

mento de um império norte-africano. Tudo isso segundo concepção geopolítica de associação das três teorias clássicas, através das seguintes ações estratégicas:

- expansão da "área do coração" (fase concluída), base de partida para aplicação combinada de poder terrestre e aeroespacial, na conquista da Europa Ocidental;
- expansão dos pontos de apoio em águas quentes (fase em execução), como condição para aplicação combinada de poder naval e aeroespacial, na conquista da Eurásia e Panásia, numa primeira fase, e da Panamérica, numa segunda.

Para a grande manobra estratégica, a sua expansão terrestre, com presença ostensiva na Europa Oriental e no Afeganistão ou interposta na África e no Caribe, associada a 16 bases aeronavais e/ou portos aparelhados, confere o necessário suporte operacional e logístico. Das 16 facilidades que a Fig. 2 mostra, 13 já estão sob seu controle direto ou em regime de livre acesso, três das quais - e aqui voltamos à nossa área - situadas na África Austral.

Diante desse quadro, qual deve ser a nossa postura estratégica?

Creio que, em primeiro lugar, ela deve ser de expectativa diante das previsões, pelos muitos imponderáveis que elas encerram, o que, evidentemente, não nos desobriga de um acompanhamento cerrado da evolução dos eventos.

Em segundo lugar, ela deve ser pragmática, combinando com perspicácia os trunfos de que dispomos na área.

Tal postura estratégica tem res-

paldo na atual política externa, que tirou o Brasil dos alinhamentos automáticos, determinados por conceitos apriorísticos ou posições de mera justificativa sentimental.

No Confronto Leste-Oeste, por exemplo, temos plena consciência de nossa identidade ideológica ocidental, mas nem por isso abdicamos do direito de desenvolver a ação diplomática que mais convier ao fortalecimento do nosso Poder Nacional. Com este espírito, estabelecemos prioridades em relação aos nossos vizinhos latino-americanos, inaugurando, ao mesmo tempo, uma nova fase de ação diplomática com os países africanos, cuja tônica orienta-se no sentido de que os africanos vejam no Brasil um parceiro confiável, apto a participar do seu processo de desenvolvimento. A África tem sido definida como uma das áreas prioritárias da nossa política externa. Portanto, as ações estratégicas a serem desenvolvidas nos diferentes campos têm que fluir de decisão política já sedimentada e atender a parâmetros bem definidos de coerência e independência.

Não me deterei na análise das estratégias nos campos político e econômico. Pretendo aflorar apenas alguns aspectos estratégicos no campo militar. Entretanto, em nome da própria coerência das estratégias nos diferentes campos, não poderei furtar-me a mencionar, em termos amplos, fatos políticos e econômicos que condicionam decisivamente a estratégia militar.

A estratégia militar, em relação à África Austral, vincula-se inexoravelmente à problemática do Atlântico Sul e dos Estados a ele adjacen-

tes, África do Sul no meio. Ora, sabemos que nossa política em relação à África, por suas características de Universalidade, ausência de pretensões hegemônicas, anticolonialismo, anti-racismo, alinha-se com os legítimos interesses do nacionalismo africano e contrapõe-se, frontalmente, à política da África do Sul de *apartheid* e intervenção na Namíbia. Por outro lado, a África do Sul é um parceiro comercial ponderável do Brasil, a despeito das pressões da ONU lamentando, após pesquisas, a expansão do comércio entre a América Latina e a África do Sul, particularmente o do Brasil.

Esse quadro levou a diplomacia brasileira a adotar uma linha pragmática, visando a permitir o desenvolvimento natural de relações comerciais, sem que essas relações extravasem para a área política. Em outras palavras, no campo político — relações frias, porém comerciais; no campo econômico — relacionamento através de canais estritamente privados, sem a participação das organizações estatais. Duas decisões que, associadas a outros interesses nacionais (particularmente o de manter o Atlântico Sul afastado da confrontação entre as superpotências e dedicado essencialmente a atividades específicas), sugerem premissas muito claras para nossa estratégia militar na área. Dentre elas destaco a que se relaciona com o discutido projeto do Pacto do Atlântico Sul, lançado pela África do Sul e apoiado por alguns setores argentinos, uruguaios e brasileiros. Na conjuntura atual, é impensável a adesão do Brasil a esse pacto, sob pena de destruir um diálogo pacien-

te e perseverantemente construído com a África, consolidando nossa presença no Magreb, na África Ocidental e na África Meridional.

Os objetivos da África do Sul são claros: explorar a sua posição privilegiada na ligação Índico-Atlântico, para atrair o Ocidente à aliança, de modo a reduzir o isolamento que a comunidade internacional lhe impôs, em função da política de *apartheid* e de intervenção na Namíbia. A utilização das facilidades da base naval de Simonstown, em processo de expansão e modernização, com investimentos da ordem de 20 milhões de dólares, é um dos trunfos da barganha. A importância dessa base já foi por nós mencionada quando a incluímos entre as três ainda não sob controle ou livre acesso por parte da União Soviética, no contexto do que os analistas consideram a grande manobra estratégica para domínio das pan-regiões. Entretanto, a dimensão da importância de Simonstown cresce na medida em que nos detemos na hipótese de confronto Leste-Oeste, interessando de perto à estratégia militar dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, sobretudo pelo que representa como posição de apoio ao domínio do mar em áreas do Atlântico Sul e do Índico. Convém não esquecer que a interdição dos canais de Suez e do Panamá, previsível até mesmo fora de um conflito (por junções de ordem política), devolveria ao Atlântico Sul a condição de oceano de trânsito que lhe era inerente na fase anterior à existência dessas ligações artificiais.

Mesmo na hipótese de conflito generalizado que certamente nos

envolverá, a natural associação militar com o Ocidente ocorrerá em momento oportuno, indicado por criteriosa avaliação estratégica, sendo prematura, presentemente, qualquer associação regional. Signatários que somos do abalado TIAR, não há justificativa para adesão a outros pactos no Atlântico, principalmente o proposto, que, em termos de Poder Naval, tem limitada capacidade de dissuasão. Mais ainda, se existisse por ocasião da controvérsia argentino-inglesa, não seria igualmente acionado, como não o foi o TIAR. A estratégia militar brasileira (naval e aeroespacial) tem prioridades maiores para a área, entre as quais a de explorar o seu próprio potencial de "posições de apoio", numa primeira etapa de projeção de poder, envolvendo a porção ocidental do Atlântico Sul, área prioritária para a segurança da navegação de cabotagem e das regiões costeiras de concentração do tráfego marítimo.

No recente episódio das Malvinas, o uso da ilha de Ascensão pelos ingleses evidenciou a relevância estratégica da combinação "forças + posições de apoio" no controle de áreas marítimas em proveito de seus objetivos. Ascensão foi base logística naval e ponto de lançamento de aviões estratégicos e táticos, assistidos por esquadrões de reabastecimento em vôo para assegurar seja o raio de ação necessário ao cumprimento da missão (no caso dos aviões estratégicos), seja o alcance indispensável ao pouso dos navios-aeródromos da força naval (quando se tratava de aviões táticos).

Analisadas as diferentes implicações estratégicas de nosso rela-

cionamento com a África do Sul, devemos, por extensão, nos ocupar da Namíbia. Já enfatizada pelo Embaixador Marcos Azambuja, a posição brasileira é rigorosamente fiel às várias resoluções e recomendações das Nações Unidas por nós apoiadas. Reconhecemos o direito à independência da Namíbia e a existência da SWAPO como único representante legítimo do povo namíbio, apesar de nossas diferenças ideológicas com aquela organização. Apoiamos as reivindicações dos países da linha de frente (Angola, Moçambique, Zimbabwe, Botswana e Zâmbia), os quais consideramos como alvos permanentes de agressões sul-africanas.

Ressalto ainda a importância para nós da África Lusófona (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé-Príncipe, Angola e Moçambique), muito embora só Angola atenda, simultaneamente, ao critério de África Austral e Atlântico Sul, já que Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé-Príncipe situam-se acima do equador, e Moçambique se debruça sobre o Índico. A verdade é que a nossa estratégia em relação a esse grupo de Estados é praticamente a mesma, com ênfase nos campos políticos, psicossocial e econômico. No campo político, explorando a comum adesão ao primado do Direito Internacional nas relações entre Estados e a fidelidade aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de não-intervenção em seus assuntos próprios, de respeito à diversidade, de recusa ao uso da força entre nações. No campo psicossocial, exaltando o respeito aos valores humanísticos e culturais que lhe são pró-

prios e que são, em parte, também nossos. No campo econômico, advogando o incremento das trocas com base na condição de economias até certo ponto complementares.

Os países lusófonos representam uma vertente do nacionalismo africano com a qual abrimos um diálogo de franca cooperação, sem perda de nossas convicções ideológicas próprias, mas com base no respeito à diversidade política.

Uma hipótese nos preocupa, com reflexos em nossa estratégia militar para o Atlântico Sul: a participação de tropas cubanas nas lutas que garantiram o poder a Agostinho Neto, e a sua permanência no país até o presente, constitui um óbice ao pleno exercício da soberania angolana. Espera-se que, com a independência da Namíbia, o principal pretexto para a estada dos cubanos em Angola perderá sua razão de ser, prevendo-se a retirada dessas tropas do país. Se tal não acontecer, e, eventualmente, houver outros desdobramentos, as tropas cubanas na própria Namíbia, configura-se, de forma bastante clara, mais uma manobra estratégica da União Soviética, com possibilidades acrescidas de interferência em tráfego marítimo de nosso interesse. Antecipando-se à eventualidade dessa hipótese, é imperativo que o Brasil acelere sua projeção de poder naval e aeroespacial no Atlântico Sul, dinamizando o binômio "forças + posições de apoio".

A nosso ver, Marinha e Aeronáutica têm plena consciência de suas necessidades adicionais em meios navais de superfície, meios aereos-

vais e aviões de patrulha de grande raio de ação, articulados com bases avançadas nas ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade, para atingir um nível mínimo de proteção às linhas de navegação vitais ao nosso desenvolvimento. Têm, outrossim, total conhecimento das dificuldades do país como um todo, mas acabam de ver a Argentina (derrotada nas Malvinas, com o dobro de nossa inflação e mergulhada na mais grave crise econômica de sua história) não só recompor o seu poder militar, como torná-lo maior do que no pré-guerra. Tal consideração não nos induz nem a uma tese militarista (que o Brasil nunca esposou) nem à adoção do modelo argentino de rearmamento (grandemente voltado para a importação, apesar das restrições que lhe foram impostas pelos fornecedores durante a crise com os ingleses). Quando preconizamos a dinamização do binômio "forças + posições de apoio" estamos pensando na própria dinamização da indústria nacional, segundo filosofia comum às nossas três Forças Armadas, reduzindo ao mínimo indispensável nossa dependência externa.

Como algumas considerações finais, comecemos com duas curiosidades:

1ª) a política externa norte-americana, por vezes, deixa perplexos os seus aliados;

2ª) já nas Conferências de Yalta e de Potsdam, Gromyko atuava como assistente de Molotov, e quando comparamos a sua carreira com as dos inúmeros secretários de Estado norte-americanos, sobra-nos matéria para reflexão.

E arrematemos com dois mitos desfeitos e uma advertência:

Dizia-se que o Atlântico Sul era um oceano desarmado. A crise das Malvinas tirou-lhe esta primazia.

Dizia-se que o Atlântico Sul era um mar americano. A presença naval soviética modificou esse atributo.

Dizia-se que o Atlântico Sul é teatro improvável (mas não impossível) de um conflito generalizado entre os blocos ocidental e oriental. Entre o improvável e o não-impossível, só nos resta uma alternativa: o preparo do poder para as duas opções.

Maj-brig R/R OSWALDO TERRA DE FARIA – Possui, entre outros, os Cursos Superiores de Guerra Aérea e Inter-Forças (França), e de Estado-Maior, o de Comando e o Superior de Guerra da ESG. Como principais de suas inúmeras funções, Chefe de Estado-Maior do Comando Geral do Ar, Comandante Costeiro – Salvador, BA, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior de Aeronáutica. Além das várias conferências que tem proferido, possui diversas condecorações. Exerce, atualmente, a Vice-Presidência do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.



METAL LEVE

Tecnologia e Qualidade.